

13

V. Balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa, anexos ao balanço, demonstrações de resultados e de fluxos de caixa

A seguir apresentam-se as demonstrações financeiras do Partido reportadas ao exercício de 2006, com o comparativo para o período anterior, incluindo o balanço, a demonstração de resultados e as notas explicativas.

BALANÇO				
ANO:2006				
Mês: Final				
Moeda: Euro				
ACTIVO	A B	2006 A P	A L	2005 A L
<b>IMOBILIZADO:</b>				
Imobilizações incorpóreas				
Imobilizações corpóreas	657.877,19	273.393,09	384.484,10	319.403,34
Investimentos financeiros				
	<u>657.877,19</u>	<u>273.393,09</u>	<u>384.484,10</u>	<u>319.403,34</u>
<b>CIRCULANTE:</b>				
Existências				
Dívidas de terceiros				
Médio e longo prazo				
Curto prazo	38.630,35		38.630,35	164.570,11
Títulos negociáveis				
Depósitos bancários e caixa	136.625,83		136.625,83	113.264,68
	<u>175.256,18</u>		<u>175.256,18</u>	<u>277.834,79</u>
<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>	7.504,36		7.504,36	2.665.300,05
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<u><u>840.637,73</u></u>	<u><u>273.393,09</u></u>	<u><u>567.244,64</u></u>	<u><u>3.262.538,18</u></u>

14  
M

**CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**

	2006	2005
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>		
Capital		
Prêmios de emissão de ações (quotas)		
Reservas de reavaliação		
Reservas legais		
Restantes reservas e outros capitais próprios		
Resultados transitados	-571.197,74	1.092.572,56
Sub total	-571.197,74	1.092.572,56
Resultado líquido do exercício	-102.166,25	-1.663.770,30
Dividendos antecipados		
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-673.363,99</b>	<b>-571.197,74</b>
<b>PASSIVO:</b>		
Provisões para riscos e encargos		
Dívidas a terceiros:		
Médio e longo prazo		
Curto prazo	728.714,12	129.217,91
Acréscimos e diferimentos	511.894,51	494.518,01
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.240.608,63</b>	<b>3.833.735,92</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>567.244,64</b>	<b>3.262.538,18</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANO:2006

Mês: Apur.Result.Correntes

Moeda: Euro

	2006	2005
<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
Fornecimento e serviços externos	972.204,61	3.053.449,77
Custos com o pessoal:		
Remunerações	477.235,84	357.912,01
Outros	104.259,49	60.939,19
	<u>581.495,33</u>	<u>418.851,20</u>
Amortizações do imob. corporeo e incorporeo	52.090,31	35.862,43
Provisões	7.514,75	
	<u>59.605,06</u>	<u>35.862,43</u>
Impostos		433,85
Outros custos e perdas operacionais	2.795,29	2.907.058,17
	<u>2.795,29</u>	<u>2.907.492,02</u>
( A )	1.616.100,29	6.415.655,42
Juros e custos similares:	5.362,77	
Outros	143.667,54	177.325,75
	<u>149.030,31</u>	<u>177.325,75</u>
( C )	1.765.130,60	6.592.981,17
Custos e perdas extraordinários		
	<u>84.837,73</u>	<u>313.168,25</u>
( E )	1.849.968,33	6.906.149,42
( G )	1.849.968,33	6.906.149,42
Resultado líquido do exercício	<u>-102.166,25</u>	<u>-1.663.770,30</u>
	1.747.802,08	5.242.379,12
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		
	2006	2005
Proveitos de actividades correntes	1.450.528,66	5.047.477,72
Outros proveitos operacionais		140.520,91
	<u>1.450.528,66</u>	<u>5.187.998,63</u>
( B )	1.450.528,66	5.187.998,63
Outros juros e proveitos similares		
Outros	0,30	754,98
	<u>0,30</u>	<u>754,98</u>
( D )	1.450.528,96	5.188.753,61
Proveitos e ganhos extraordinários	297.273,12	53.625,51
( F )	<u>1.747.802,08</u>	<u>5.242.379,12</u>
<b>RESUMO</b>		
Resultados operacionais: ( B ) - ( A ) =	-165.571,63	-1.227.656,79
Resultados financeiros: ( D - B ) - ( C - A ) =	-149.030,01	-176.570,77
Resultados correntes: ( D ) - ( C ) =	-314.601,64	-1.404.227,56
Resultados antes de impostos: ( F ) - ( E ) =	-102.166,25	-1.663.770,30
Resultado líquido do exercício: ( F ) - ( G ) =	-102.166,25	-1.663.770,30

16  
17

**FLUXOS DE CAIXA**

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Caixa e seus equivalentes iniciais	<b>1.450.827,62</b>	<b>1.143.318,81</b>
Caixa e seus equivalentes finais	<b>336.243,60</b>	<b>1.450.827,62</b>

*Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados*

17  
19

1- Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POC, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores ou situações a reportar.

2- Valores comparativos

A demonstração de resultados apresentada refere-se ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006. Os valores das contas do referido período são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício anterior.

3- Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são originalmente contabilizadas pelo respectivo custo histórico de aquisição.

As amortizações do imobilizado corpóreo são contabilizadas a partir do exercício, inclusive, em que os respectivos bens entram em funcionamento, sendo calculadas por duodécimos pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas referidas nas tabelas anexas à Portaria n.º737/81 e ao Decreto Regulamentar n.º2/90, conforme aplicável, que se consideram expressar razoavelmente a vida útil esperada dos bens.

As imobilizações corpóreas em curso não são objecto de reintegração.

b) Especialização dos exercícios

O CDS-PP regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

c) Reconhecimento de custos e proveitos

A generalidade dos custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo.

A amortização do activo é calculada de acordo com o descrito na alínea a) e registada como custos na demonstração de resultados.

4- Volume de emprego

O número médio de pessoas ao serviço do Partido neste exercício foi de 15 pessoas.

5- Activo imobilizado e respectivas amortizações

Imobilizações corpóreas	Saldo em	Aumentos	Transferencias		Saldo em
	31-Dez-06		Alienações	e abates	31-Dez-05
Edifícios e outras cor	302.776,19 €	14.420,69 €			288.355,50 €
Equipamento de tran	194.091,70 €	98.365,05 €			95.726,65 €
Equipamento admini:	161.009,39 €	4.435,21 €		2.825,00 €	159.399,18 €
	<b>657.877,28 €</b>	<b>117.220,95 €</b>		<b>2.825,00 €</b>	<b>543.481,33 €</b>

Amortizações acumulada:	Saldo em	Reforço	Transferencias		Saldo em
	31-Dez-06		Alienações	abates regularizações	31-Dez-05
Edifícios e outras cor	65.017,41 €	5.976,01 €			59.041,40 €
Equipamento de tran	92.761,09 €	32.193,15 €			60.567,94 €
Equipamento admini:	115.564,59 €	13.921,15 €		2.825,00 €	104.468,44 €
	<b>273.343,09 €</b>	<b>52.090,31 €</b>		<b>2.825,00 €</b>	<b>224.077,90 €</b>

6- Bens utilizados em regime de locação financeira

Em 31 de Dezembro de 2006, o CDS-PP mantém os seguintes bens em regime de locação.

	31-Dez-06		Líquido	31-Dez-05
	Custo	Amortizações		Líquido
Equipamento de transporte	90.819,76 €	- 36.319,02 €	54.500,74 €	15.887,80 €
	<b>90.819,76 €</b>	<b>- 36.319,02 €</b>	<b>54.500,74 €</b>	<b>15.887,80 €</b>

Os compromissos futuros assumidos com os fornecedores de bens em regime de locação financeira ascendiam ao montante de 33.601,08€.

7- Estruturas e Sede do Partido

As demonstrações financeiras das estruturas foram incluídas na consolidação das contas do Partido.

8- Dívidas activas e passivas relativas ao pessoal

À data do balanço, as remunerações a pagar ao pessoal encontravam-se regularizadas.

9- Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pelo Partido

As dívidas registadas no balanço a 31 de Dezembro de 2006 nas rubricas de dívidas a instituições de crédito (594.000,00€) em termos de médio e longo prazo encontram-se cobertas por garantias reais prestadas pelo Partido.

10- Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício corrente, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais, nomeadamente ao Secretário Geral, ascenderam a 103.638,74€.

18

19

11- Demonstração dos Resultados Financeiros

<b>Custos e perdas financeiras</b>	<b>31-Dez-06</b>	<b>31-Dez-05</b>
Juros suportados	93.432,30 €	134.328,42 €
Outros custos e perdas financeiras	55.598,01 €	42.997,33 €
Resultados financeiros	- 149.030,01 €	- 176.570,77 €
	<u>0,30 €</u>	<u>754,98 €</u>

<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>31-Dez-06</b>	<b>31-Dez-05</b>
Juros obtidos	- €	- €
Outros proveitos e ganhos financeiras	0,30 €	754,98 €
	<u>0,30 €</u>	<u>754,98 €</u>

12- Demonstração dos Resultados Extraordinários

<b>Custos e perdas extraordinários</b>	<b>31-Dez-06</b>	<b>31-Dez-05</b>
Perdas em imobilizações	3.000,37 €	22.382,53 €
Multas e penalidades	67.013,42 €	137.082,47 €
Correcções relativas a exercicios anterior	6.275,90 €	158.941,46 €
Outros custos e perdas extraordinários	8.548,04 €	7.663,02 €
Resultados extraordinários	212.435,39 €	- 272.443,97 €
	<u>297.273,12 €</u>	<u>53.625,51 €</u>

<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>31-Dez-06</b>	<b>31-Dez-05</b>
Restituição de impostos	130.191,59 €	
Ganhos em imobilizações	2.849,53 €	
Reduções amortizações e provisões	2.825,00 €	
Correcções relativas a exercicios anterior	16.644,00 €	33.008,37 €
Outros proveitos e ganhos extraordinários	144.763,00 €	20.617,14 €
	<u>297.273,12 €</u>	<u>53.625,51 €</u>

VI. Mapa de acções de angariações de fundos

20  
17



## II. Relatório de Gestão

O presente sumário constitui apenas uma introdução, não dispensando a consulta do texto integral dos Estatutos do Partido. Pretende-se neste capítulo apresentar um resumo dos principais aspectos da organização e gestão do partido.

A Comissão Executiva é o órgão executivo permanente do Partido podendo criar os pelouros que entenda necessários ao exercício das suas competências.

Compete especificamente ao Secretário Geral submeter à Comissão Executiva o plano anual de actividades de implantação, intervenção e organização do partido e acompanhar a sua execução, bem como administrar os serviços centrais do partido.

O partido tem um Conselho Nacional de Fiscalização que fiscaliza a regularidade da actividade financeira do partido e elabora o parecer sobre as contas anuais apresentadas pela Comissão Executiva.

A organização regional e local do Partido assenta na divisão político-administrativa do território nacional que compreende as seguintes estruturas:

- Estruturas Regionais correspondentes às Regiões Autónomas;
- Estruturas Distritais que correspondem aos Distritos;
- Estruturas Municipais designadas concelhias que correspondem aos Municípios.

Com efeito, pode constituir-se uma comissão política concelhia a partir do momento em que estejam filiados, no respectivo circulo, 15 militantes. Fora desta situação, a representação do partido no município pode ser assegurada por um delegado concelhio, designado pela Comissão Política Distrital.

Cabe ao presidente da concelhia coordenar, presidir e representar a Comissão Política Concelhia. No caso de demissão do presidente da comissão política concelhia ou de um número superior a mais de metade dos seus membros eleitos a comissão política dissolver-se-á.

Relativamente à arrecadação de receitas e conforme o estatuído no Partido, as estruturas concelhias podem proceder à cobrança das quotas dos respectivos militantes. Refira-se que o universo das filiações registadas no partido o número ascende a 34.900.

O montante mensal de cada quota é definido, para cada ano, no orçamento anual do Partido. Tendo sido estabelecido para o ano de 2006 o valor de 0,50€. No entanto verifica-se um elevado índice de incumprimento no pagamento das quotas por parte dos militantes do partido, tornando-se muito difícil fazer uma estimativa dos valores a regularizar e por isso não se encontram relevados no balanço a 31 de Dezembro de 2006.

É de referir que parte significativa dos proveitos de exploração do partido são resultantes da subvenção estatal. Estas receitas estão dependentes dos resultados obtidos nas eleições para a Assembleia da República. Adicionalmente no ano de 2006 foram recebidas as compensações públicas estipuladas no

artigo 17.º da lei 19/2003, de 20 de Junho, e que são reportadas ao exercício de 2005 pela realização da campanha eleitoral para as autarquias locais.

Tanto quanto é do conhecimento do Partido, está pendente a regularização do montante da subvenção Autárquicas 2005 calculada pela Assembleia da República susceptível de vir a ter uma incidência relevante sobre a situação financeira do Partido.

Em 2006 foi o imobilizado do partido aumentado através da alienação da sede de Vila Verde. Neste momento não está previsto a realização de investimentos adicionais significativos. O partido prevê que eventuais investimentos venham a ser financiados recorrendo a capitais próprios e a dívida.

O partido tem como objectivo alcançar o equilíbrio económico, o qual está dependente essencialmente do controlo de custos.